

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: BASEADAS EM EVIDÊNCIAS OU EM VISÕES?

Luís Fernando Tófoli

Campus de Sobral, Universidade Federal do Ceará – UFC

Síntese:

Este trabalho versa sobre os valores que determinaram as atuais políticas públicas de Saúde Mental no Brasil nas duas últimas décadas e a sua relação com as evidências científicas e os modelos teóricos.

INTRODUÇÃO

O Brasil vem recebendo o reconhecimento internacional pelo processo de reforma de suas políticas públicas de Saúde Mental nas duas últimas décadas. Tal reforma, no entanto, recebe críticas que enveredam por questões ideológicas e científico-metodológicas. Diante do panorama atual de evidências científicas e estudos avaliativos, é necessário refletir sobre os valores que norteiam a atual política de Saúde Mental no Brasil.

MÉTODOS

Diante de pesquisa bibliográfica sobre as evidências e visões de mundo que norteiam a atual política de Saúde Mental no Brasil, mediadas pela experiência pessoal do autor no campo, apresentam-se reflexões sobre os rumos atuais e futuros destas políticas e sua interface com a comunidade acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reforma da Saúde Mental no Brasil foi impulsionada e direcionada por forças reconhecidas na literatura deste campo, que incluem o clima político do processo da redemocratização – que também influenciou a Reforma Sanitária como um todo – e o modelo da Psiquiatria Democrática Italiana. Entretanto, este processo não foi norteado pelo princípio da responsabilidade social (accountability) ao ponto de serem estabelecidos programas suficientemente sólidos para a avaliação do impacto das novas políticas. Entidades corporativas também têm se colocado como obstáculos ou facilitadoras desse processo, por vezes movidas pela defesa de interesses de ordem econômica. A influência de entidades religiosas também se tornou relevante a partir das recentes medidas de combate ao uso problemático de substâncias psicoativas. Por outro lado, a produção científica brasileira neste campo vem crescendo substancialmente – recebendo inclusive o apoio governamental nesse sentido – e pode prover, até certo ponto, dados que consolidem tomadas de decisão. Porém estas não são, ainda, suficientes e precisam ser expandidas.

CONCLUSÕES

As políticas públicas assumidas por um país são influenciadas por visões de mundo e contingências históricas peculiares. As políticas públicas de Saúde Mental no Brasil ainda não se firmaram em um equilíbrio entre os valores que as influenciam: a inspiração nos direitos humanos, a defesa da autonomia, a crítica ao controle social imposto pelos profissionais de Saúde Mental, as evidências científicas de efetividade e accountability, as visões críticas da academia, e a oposição de grupos com interesses contrários. Desenhar políticas que levem em consideração todas estas esferas é uma tarefa complexa que exige cooperação e, acima de tudo, buscas de consenso de todos os envolvidos e forma a traduzir o objetivo final de tais políticas, que é o cuidado humanizado e efetivo aos portadores de transtorno mental e sofrimento psíquico. A Academia tem seu papel de crítica destas políticas, mas também dever ser proponente responsável na busca de consensos.

Palavras-chave:

Saúde Mental

Políticas Públicas

Reforma da Saúde Mental (Reforma Psiquiátrica)